



Ação classista

Paralisação no Eisa: Sindimetal-Rio e trabalhadores garantem conquistas

A paralisação do Eisa mostrou a força da unidade dos trabalhadores e o Sindicato. Nos dias 4 e 5 de março, os funcionários do estaleiro, junto com o Sindicato, fizeram uma grande paralisação. Diante da forte reação da categoria, no segundo dia, a direção da empresa se reuniu com o Sindicato e os membros da Comissão de Fábrica, quando foi apresentada a pauta da reivindicação.

A paralisação também foi uma resposta dos trabalhadores contra as 375 demissões ocorridas no começo deste ano. A empresa tentava o parcelamento dos direitos trabalhistas dos demitidos. Essa proposta foi rejeitada energicamente pelo Sindimetal-Rio. O Sindicato chegou a realizar uma primeira paralisação no dia 7 de fevereiro para cobrar uma solução da empresa. Antes disso, fez uma assembléia com a categoria, na sede da entidade, no dia 4, para explicar as ações do Sindicato para garantir os direitos dos trabalhadores. No dia 1º de março, ocorreu uma reunião com o Ministério Público, porém sem avanços.

Com a paralisação das atividades, o Sindicato se reuniu com a direção da empresa para negociar a pauta dos trabalhadores. Desta forma, foi possível conquistar diversos pontos da pauta dos trabalhadores. A empresa aceitou fazer melhorias na enfermaria em até 60 dias, mudar os critérios do cartão de alimentação, diminuir de R\$ 150,00 para R\$ 100,00 o desconto por atrasos e, inclusive, dar uma tolerância de 9 horas para que o trabalhador justifique a falta. Ficou acertado também que não



haverá desconto dos dias parados – com o pagamento de apenas um dia em data a ser definida – e os trabalhadores que deixaram de ir à empresa por conta da greve dos ônibus não serão descontados.

Outra importante conquista se refere aos trabalhadores demitidos que ainda não tinham feito a homologação. O Sindicato preparou uma estrutura especial para atender aos trabalhadores demitidos do Eisa. No dia 8, tiveram início as homologações, que continuaram no dia 11. As próximas datas serão 12 e 15 de março, sempre de 9h às 17h30. Eles receberão as rescisões, o pagamento da multa ainda será definido através da ação que o Sindicato move (Processo: 0010145-57.20.2013.5.01.0078).

O departamento jurídico do Sindicato continua acompanhando o caso e encontra-se à disposição dos trabalhadores para mais esclarecimentos. É fundamental que todos os trabalhadores demitidos procurem o Sindicato para entrarem com ação, individual ou coletiva, em defesa dos seus direitos.

Sindicato cobra solução para os metalúrgicos da Emgepron

No dia 1º de março, o presidente do Sindicato, Alex Santos, esteve em Itaguaí e conseguiu conversar com o ministro da Defesa, Celso Amorim. Alex pediu urgência na solução do caso dos trabalhadores da Emgepron. O ministro disse que iria tratar da questão e pediu que o Sindicato marcasse uma reunião.

No dia 6, em Brasília, Alex Santos e o diretor do Sindimetal e da FitMetal, Wallace Paz Aragão, estiveram no gabinete da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) para ajudar na solução do problema. Na ocasião foi relatado que o ministro Celso Amorim aguarda apenas uma decisão do Ministério do Planejamento para resolver esta situação que já perdura há anos.

Os trabalhadores da Emgepron lutam para que a empresa os reconheça como metalúrgicos e que seja aplicada a convenção coletiva da categoria. O Sindicato já ganhou na justiça esse reconhecimento por duas vezes (Processo n. 0168800-03.2005.5.01.0021), mas a empresa insiste em recorrer.



Sindicato participa do lançamento da fábrica de submarino em Itaguaí

A presidenta Dilma Rousseff disse no dia 1º que o Brasil provou ser capaz de cumprir o papel do desenvolvimento científico e tecnológico na área de defesa, com a inauguração da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem) – primeira etapa para a construção de submarinos, em Itaguaí. O presidente do Sindicato, Alex Santos, também participou do ato.

“Com este empreendimento entramos em um seleto grupo, dos integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas com acesso ao submarino nuclear”, destacou Dilma.

O investimento – que inclui a construção da Ufem, do estaleiro e da base naval, que abrigará os submarinos – será R\$ 7,8 bilhões até 2017. O programa foi iniciado em 2008, resultado de uma cooperação entre o Brasil e a França que prevê transferência de tecnologia e criação de consórcios entre empresas dos dois países. Dos cinco submarinos previstos, quatro serão

movidos a motor diesel-elétrico e um com reator para propulsão nuclear, que é mais autônomo e gera energia por mais tempo. A planta de propulsão nuclear será desenvolvida com tecnologia inteiramente nacional.

O ministro da Defesa, Celso Amorim, declarou que a decisão de implementar o programa demonstra que o Brasil entendeu que a segurança não é algo delegável. “Um país que quer ser autônomo e se firmar no mundo deve cuidar da sua segurança. Se formos eternamente dependentes daquilo que os outros nos fornecerem não teremos nossa autonomia, não poderemos defender nossos recursos, nossa população e a nossa orientação no mundo.”

Amorim também ressaltou que as ações vão gerar emprego e estimular a indústria naval e nacional. De acordo com a Marinha, as construções vão gerar 9 mil empregos diretos e 32 mil postos indiretos. O estaleiro de construção está previsto para ser concluído em dezembro de 2014, a base naval em 2017 e o primeiro dos quatro submarinos convencionais deve começar a operar em 2017. Os demais submarinos convencionais devem ser entregues em intervalos de 18 meses, e o de propulsão nuclear, depois de 2025, após testes no mar.

Sindicato questiona ida de encomendas da Petrobrás para a China

O Sindimetal-Rio lamenta fortemente a decisão da Petrobrás de levar obras do Estaleiro Inhaúma para a China. A reação da entidade conta com o apoio da CTB e da FitMetal. Para o Sindicato esta ação da Petrobrás está em contradição com o objetivo de revitalizar a indústria naval brasileira. Os metalúrgicos do Rio de Janeiro estiveram desde o primeiro momento na batalha pelo soerguimento do setor naval, incluindo a ativação do estaleiro Inhaúma.

A decisão da Petrobrás acontece ainda em um momento que o Rio de Janeiro sofre com as perdas dos recursos dos royalties, prejudicando ainda mais o desenvolvimento e a geração de emprego no estado. Para o Sindicato, essa posição da estatal brasileira penaliza os trabalhadores, pois as obras que serão feitas na China são justamente aquelas que necessitam de mais mão de obra.

“Será feita na China a parte que mais mobiliza mão de obra, a que mais geraria postos de trabalho no Brasil”, lamenta o presidente Alex Santos. “A notícia supera o desagradável. Esperávamos 5 mil postos de trabalho no auge das operações. Agora, não vejo perspectiva de mais de 2 mil postos”, disse o presidente da CTB-RJ e diretor do Sindimetal-Rio, Maurício Ramos.

Em um encontro com a presidenta Dilma, em Itaguaí, o presidente do Sindicato, Alex Santos, questionou o caso e falou sobre a perda de milhares de postos de trabalho com esta decisão. Na ocasião, Dilma se comprometeu a conversar com a presidenta da Petrobrás, Graça Foster, para saber mais sobre essa situação.

Três embarcações (P-75, P-76 e P-77), com contratos no Inhaúma para conversão de navio em plataforma, iniciarão parte dos trabalhos no estaleiro Cosco, em Dalian, na China. Apenas a P-74 fará a conversão integralmente no Inhaúma. A P-76 passa por limpeza na Indonésia e depois segue ao Cosco. Os três navios nem sequer estiveram no Brasil, foram da Malásia direto para Indonésia e China.

A Petrobrás alega que o objetivo é não atrasar o cronograma das obras, mas se esquece que o governo usa os contratos da estatal para reativar o setor naval. Uma medida que teve início com o governo Lula. Além disso, é justamente realizando obras no Brasil que os estaleiros terão mais experiência para atuar no setor naval, conquistando mais tecnologia e preparando os trabalhadores.



Jesus

Negociação no RioNave

O Sindicato realizará com a direção do estaleiro RioNave uma reunião para apresentar uma pauta de reivindicação dos trabalhadores. A PLR de 2012 está atrasada e os trabalhadores querem a confirmação da que deve ser paga neste ano. Os funcionários ainda querem o plano de saúde dentário e melhorias no critério do cartão alimentação.